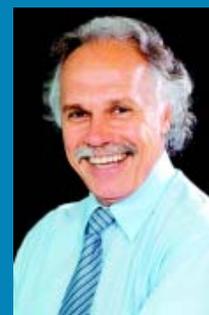




I ENCONTRO DE EDUCADORES

Com muito humor e leveza durante a palestra, José Carlos Serrano Freire ofereceu a cada um dos educadores que lotaram o auditório do Provincialado Coração de Jesus uma singular ocasião de resgate da sua imagem e auto-estima colocando ao alcance da platéia ferramentas úteis para transformação pessoal e crescimento profissional. Serrano, Tais de Mello, Celestino Secco e Cassiano Neto foram palestrantes do concorrido I Encontro de Educadores que fechou com chave de ouro na Capital a primeira etapa de cursos e eventos organizados pelo Sindicato por diversas cidades neste início de ano (leia também à página 8, **I Jornada Pedagógica/Administrativa**).



Serrano



Impresso Especial

68001028/01 DR/SC
SINEPE/SC

...CORREIOS...

Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina

R. Felipe Schmidt, 390, 13º andar, CEP 88010-001, Florianópolis, SC, fone (48) 3222 2193

MARÇO/ABRIL DE 2007 - Nº 116 - ANO 15

Leia e veja www.sinepe-sc.org.br



Univali, 18 anos.



"Marco de uma vertiginosa transformação"

Página 7

Reitor Provesi



STJ permite recusar matrícula de inadimplente

Página 3

1ª ASSEMBLÉIA GERAL/2007

Somos do tamanho dos seus sonhos

Página 3

O que fazer quando o aluno não quer ir à aula ?

Página 4



Bom para SC, bom para todos os brasileiros.

Página 6

PARCERIA COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO



Em audiência com o recém-empossado secretário estadual da Educação Paulo Bauer (centro), o presidente Marcelo e o diretor Osmar, acompanhados pelo deputado federal e ex-secretário da Educação João Matos, apresentaram as sugestões do Sinepe/SC para aumentar os índices de qualidade e democratização das escolas. **Página 10**

Você sabia?

Escolas particulares de Santa Catarina estão entre as mais bem equipadas do Brasil

Página 6

VEJA COMO E QUANDO FAZER A DIFERENÇA

Muito mais do que conhecimentos e conteúdos, é na escola que os indivíduos devem aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser, ressaltam as pedagogas Dalal El Achkar e Wannise de Santana Lima. **Página 9**



Diretoria
Marcelo Batista de Sousa
Presidente

Irmã Maria Adelina da Cunha
Vice Presidente

Irmã Inês Boesing
Secretária

Irmã Ana Aparecida Besel
Tesoureiro

Suplentes
Pe. João Cláudio Rhoden
Percy Haensch
Ana Paula D. Köller Zanella
Irmão Evilázio Tambosi

CONSELHO FISCAL

Titulares
Cléa Maria dos S. Schneider
Irmã Marilde Perazzoli
Pe. Andréas Tonon
Suplentes
Isabel Cristina F. de Andrade
Irmã Rozilde Maria Binotto
Irmã Eva Aparecida dos Santos

DELEGADOS REPRESENTANTES

Titulares
Irmã Maria Adelina da Cunha
Pe. João Cláudio Rhoden
Suplentes
Irmã Inês Boesing
Irmã Ana Aparecida Besel

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Santa Catarina, com sede e foro em Florianópolis-SC, é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal das categorias integrantes da Confederação Nacional de Educação e Cultura, na base estadual, conforme Legislação em vigor sobre a matéria e com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses nacionais. Filiado à Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), está localizado em Florianópolis nos 12º e 13º andares do edifício Comasa, à rua Felipe Schmidt, 390, CEP 88010-0001, telefone (48) 3222-2193, fax (48)3222-4662, Caixa Postal 669.

JORNAL DO SINEPE/SC

É uma publicação do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, editada pelo Jornalista **Aldo Grangeiro**, com redação publicidade, administração e correspondência à Rua Felipe Schmidt, 390 - 13º andar, CEP 88010-001, em Florianópolis-SC. Distribuição gratuita. Telefone (48) 3222-2193, fax (48) 3222-4662
www.sinepe-sc.org.br
aldo@sinepe-sc.org.br

Editoração: Consenso Editora

A justiça e os homens

Por **Alexandre Russi**, advogado, professor e consultor do Sinepe/SC.

"(...) o Poder Judiciário é composto por homens! E homens, como seres humanos, acertam, erram, ficam na dúvida, enfim, vivem de suas experiências e preconceitos".



Estava pensando no que escrever e me veio a idéia de insistir naquilo que considero o maior retrocesso dos últimos tempos e que, infelizmente, ocorreu em nosso querido Estado de Santa Catarina. Refiro-me ao caso do colégio Jardim Anchieta, aquele que foi acionado judicialmente porque seus alunos fazem muita "algarra" no recreio, perturbando o sossego da "comunidade".

Apesar de estar envolvido diretamente no feito judicial, o que por si só me retira qualquer isenção, permitam-me externar alguns comentários e, por conseguinte, agradecer aqueles que apoiaram e continuam a acreditar na Justiça. Para tanto é bom lembrar aos leitores que o Poder Judiciário é feito de homens, com idéias e conceitos próprios, razão pela qual, torna-se comum verificar casos onde um Juiz concede uma ordem e outro dia outro Juiz cassa o comando judicial. Isto com certeza causa certa confusão e estranheza para nós, meros mortais. Como pode a lei ser interpretada de maneira tão diferente por pessoas que estão incumbidas de aplicá-las?

A resposta é simples: o Poder Judiciário é composto por homens! E homens, como seres humanos, acertam, erram, ficam na dúvida, enfim, vivem de suas experiências e preconceitos.

Partindo-se, pois, dessa premissa, não há mais como acobertar aquele velho chavão: "decisão judicial é para ser cumprida". Como deixar de questionar algumas decisões judiciais que, quiçá, sobrepujam o conceito de justiça levando o cidadão-jurisdicionado a mais completa indignação? É o caso do "colégio barulhento!" Será mesmo que os julgadores acreditam na hipótese aventada de que o "barulho" de criança deve cessar? Será que o Juiz pai pode conceber a hipótese de que seu filho causa distúrbios ao meio ambiente por provocar gargalhadas e brincadeiras típicas de crianças? Na Rússia, de acordo com noticiário recente, uma enfermeira foi presa porque amordaçava recém nascidos no berçário para que elas não fizessem "barulho"! Será que é isso que a sociedade quer? A resposta é tão óbvia...

De qualquer forma, justa ou não, esse tipo de decisão merece toda a nossa atenção porque abre um precedente perigoso, para não dizer outra coisa, razão pela qual agradeço a todos aqueles que – indignados – juntaram seus esforços através de cartas, e-mails, auxílio técnico etc para que possamos ter nossa sociedade dentro do contexto mundial, onde o lugar de criança é na escola e se possível, se divertindo e aproveitando sua infância.

Lembretes importantes

Por **Claudio Lange Moreira**, advogado e assessor da diretoria do Sinepe/SC.

"*Entra ano, sai ano, e de quando em quando alguns temas voltam à tona, adquirindo grande relevância, sendo merecedores da atenção dos gestores*".



1. O primeiro se refere ao art. 2º da Lei nº 9.870/99, § 2º, o qual determina que a escola deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o texto da proposta de contrato, o valor apurado para a anuidade/semestralidade escolar na forma da lei, o número de vagas por sala, no período mínimo de quarenta e cinco dias antes da data final da matrícula. Recomenda-se possuir um cronograma de matrícula, para alunos antigos e novos e não estabelecer data final para a matrícula, mantendo-as abertas enquanto houver vagas, desde que não haja prejuízo pedagógico e que não se comprometa a frequência (75% para aprovação). **Lembramos que em momento algum a lei determina a exposição da planilha de custos.**

2. A propósito, ocorre, por vezes, que o Procon, motivado pela presunção do consumidor de que ocorreu um aumento "abusivo" no valor da anuidade/semestralidade, exige a apresentação por parte da instituição de ensino da referida planilha. Informamos que de acordo com o art. 4º da mesma Lei (9.870/99), cabe a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, quando necessário, efetivar tal requerimento.

3. E a entrada de matrícula... a escola é obrigada a devolvê-la em caso de desistência/quebra do contrato? Não há na Legislação a obrigação da devolução. A entrada de matrícula é o princípio do pagamento do contrato, uma garantia, configurando-se, como Arras ou Sinal, conforme disposto no Código Civil Brasileiro, artigos 417 a 420. "Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as (...)". Por tanto, não precisa ser devolvida. Obviamente que quando falamos em entrada de matrícula a mesma deve ser parte integrante da anuidade/semestralidade, não se constituindo em um valor extra para o contratante.

4. Outra situação corriqueira diz respeito à matrícula efetuada após o início das aulas. A escola que está recebendo este aluno, por qualquer motivo, tem o direito de cobrar as mensalidades vencidas, visto que possui uma anuidade/semestralidade, restando garantida a possibilidade de repactuar ou efetivar a negociação que melhor entender para a situação.

5. O Sindicato está à disposição para quaisquer esclarecimentos. Desejamos um excelente início de ano a todos e muito sucesso em 2007!

1ª ASSEMBLÉIA GERAL/2007

Somos do tamanho dos seus sonhos

Com 45 anos de experiência na gestão administrativa e pedagógica de escolas, proporcionando orientação segura e atualizada a mantenedores, diretores, professores, funcionários e empresas, além de servir de fonte de consulta para as secretarias municipais de educação e governo do estado, o Sinepe/SC ajuda os sonhos dos educadores a tornar-se realidade.

Com presença maciça dos afiliados, o Sindicato realizou, no auditório, dia 14 de fevereiro, a primeira Assembleia Geral Ordinária do ano e coube ao professor Marcelo Batista de Sousa, presidente reeleito no final de 2006 para um novo mandato, citar os bons resultados obtidos pelo segmento privado educacional catarinense e reafirmar a importância da união das escolas como um dos principais fatores deste sucesso.

Estiveram em pauta, durante a Assembleia, assuntos relevantes do dia-a-dia das escolas e temas estratégicos para o ano letivo recém iniciado, dentre os quais destacaram-se o Ensino Fundamental – Regime 9 Anos, a Educação Especial – Resolução nº 112/2006 – CEE/SC, o art. 318/CLT – limites da carga horária do professor, e as Negociações Coletivas de Trabalho – 2007/2008. Ao concluir os debates da Assembleia, presidente Marcelo agradeceu a todos que elegeram o Sinepe/SC como parceiro, trabalhando juntos para a consolidação de um mercado melhor em um estado reconhecido nacionalmente pela excelência da sua escola particular.

STJ permite recusar matrícula de inadimplente

As instituições de ensino superior podem recusar matrículas de alunos que estejam com a mensalidade atrasada. A decisão é da 2ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que, por unanimidade, deu provimento ao recurso da Upsilon (União Pioneira de Integração Social). Com o recurso, a universidade contestava decisão do TJ (Tribunal de Justiça) do Distrito Federal, que autorizava a matrícula de um aluno inadimplente.

Segundo informações do STJ, o relator, ministro Hermam



Benjamim, afirmou que a decisão vale também para o caso de uma única mensalidade em atraso. Ele alertou, porém, que desligamento por inadimplência poderá ocorrer somente ao final do período letivo.

Conforme a legislação, as instituições não podem suspender provas ou reter documentos escolares de inadimplentes. O estudante, no entanto, fica submetido às penalidades compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor e com o Código Civil.

PARCERIA

Sindicato leva sugestões ao secretário da Educação

O presidente do Sinepe/SC, professor Marcelo Batista de Sousa, e o diretor-executivo Osmar dos Santos, acompanhados pelo deputado federal e ex-secretário estadual de Educação João Matos, foram recebidos em audiência pelo



Professor Marcelo entregou documentos ao secretário Bauer reeditando parceria

recém empossado secretário Paulo Bauer. Ao cumprimentar o novo dirigente, o Sindicato reiterou apoio às ações da equipe daquele órgão na execução dos compromissos com a melhoria e a democratização do ensino em Santa Catarina. "O nível de desenvolvimento social alcançado pelos catarinenses exige que se queime etapas para se aproximar a educação da contemporaneidade", disse professor Marcelo, lembrando que a partir da experiência e liderança no segmento educacional, a volta de Bauer ao cargo de

segundo mandato do atual secretário à frente da educação, a primeira foi durante os quatro anos do governo Kleinubing. Ao recepcionar os representantes do Sinepe/SC, ele fez elogios ao desempenho do Sindicato e frisou que uma das estratégias da Secretaria de Estado da Educação para ampliar a oferta de vagas e cursos, tanto técnicos quanto profissionalizantes, será a parceria com a iniciativa privada. Disse que não terá restrição para fazer parcerias com instituições privadas porque são muitas as necessidades de formação.

secretário representa importante estímulo ao trabalho dos profissionais da educação, empreendedores, escolas e a quem quer que se preocupe com o futuro de nosso Estado. Ex-deputado estadual e federal, este é o

A política educacional

MARCELO BATISTA DE SOUSA

Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina - presidente@sinepe-sc.org.br

A educação ganha destaque nas falas oficiais. Em todos os discursos, do Presidente da República aos governadores reeleitos ou recém-empossados, o realce é "prioridade para a educação".

Neste período de transição em que o Brasil vive, seria, de fato, vital que os homens públicos e os responsáveis, sem preconceitos ou reservas ideológicas, lessem, meditassem, procurassem traduzir na prática as palavras tão lúcidas dos discursos oficiais. Podemos acrescentar ainda: senhores governantes, por favor, mudem o orçamento, liberem mais verbas, utilizem a capacidade da iniciativa privada - sem preconceitos ou reservas ideológicas -, contem com a escola particular em todas as partes com vistas à melhoria da oferta.

Já que a decisão de priorizar a educação depende unicamente da vontade política das auto-



"O que há de novo na educação brasileira não são os discursos oficiais, mas uma nova postura, uma nova consciência."

ridades que integram os três poderes da República - Executivo, Judiciário e Legislativo - mãos à obra! Trata-se de atribuição exclusiva da ação de governo.

Quando a nós, sociedade civil, cumpre reforçar, em todas as instâncias, a noção de que a educação de qualidade é fundamental, é requisito básico para a erradicação de desigualdades sociais intoleráveis, para a elevação dos níveis de participação democrática do conjunto da população, e para permitir a inserção competitiva do Brasil na economia internacional.

Resumindo: o que há de novo na educação brasileira não são os discursos oficiais, mas uma nova postura, uma nova consciência dos atuais governantes e da sociedade quanto ao assunto. É importante lembrar: se quisermos ampliar e melhorar a oferta de serviços da educação, precisamos ter todos na luta pela educação; se quisermos ampliar e melhorar a oferta de serviços da educação, teremos que ampliar e melhorar a demanda da sociedade em termos de educação de qualidade.

Ensino de nove anos garante maior acesso

Desde 2005, quando o programa de ampliação do ensino fundamental para nove anos começou a ser implementado, cresce o número de escolas que adotam o novo modelo e aumenta o volume de matrículas no ensino fundamental de maior duração.

Segundo dados do censo escolar da educação básica de 2004, o número de matrículas

no ensino fundamental de nove anos foi de 7.398.128. Já no ano passado, o total de matrículas aumentou para 8.113.819, um crescimento de 9,67%. Em 2010, as crianças com idade de 6 anos deverão ingressar, obrigatoriamente, no primeiro ano do ensino fundamental e não mais na pré-escola. É o que determina a Lei nº 11.274, que aumenta para nove anos

o tempo de duração do ensino fundamental em todo o País.

Atualmente, os sistemas estaduais de ensino de Alagoas, Amazônia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Tocantins, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul já recebem matrículas para o ensino fundamental de crianças com essa faixa etária. De acordo com Jeanete

Beauchamp, diretora de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), "a obrigatoriedade de ampliação do ensino fundamental vai uniformizar o sistema de educação básica no País, onde coexistem escolas que oferecem ensino com duração de oito e nove anos. E também vai equiparar o sistema brasilei-

ro ao dos outros países do Mercosul".

Para Jeanete, além de melhorar o desempenho dos educandos, a ampliação do ensino fundamental com a antecipação do ingresso nos anos iniciais (1º ao 5º ano), incluirá um número maior de crianças na escola, já que a rede de educação infantil não é tão ampla quanto a do ensino fundamental.

O que fazer quando o aluno não quer ir à aula

O primeiro dia de aula para uma criança é sempre marcante, relata a repórter Maíra Teixeira, contando que na maioria das vezes, a lembrança não é das mais agradáveis. Há muito choro e aquela sensação de angústia proveniente da separação dos companheiros de todos os dias, os pais. Mas e quando, superada essa primeira fase, o problema persiste e o aluno reluta em ir à aula? O que fazer?

Para a pedagoga e doutora em educação da Faculdade de Educação da Unicamp, Maria Marcia Sigrist Malavasi, professores e pais têm de se aliar para descobrir a origem do problema que leva o aluno a se recusar a ir à escola. 'O professor capacitado e comprometido com o seu trabalho pode perceber e, em muitos casos, entender a situação penosa para o aluno observando a própria reação da criança. Nessa hora, é importante criar um clima escolar agradável para envolver o aluno com propostas e desafios interessantes, que devem estar sempre de acordo com a faixa etária do aluno', diz.

Para ela, mesmo quando a relutância continua - após inovação pedagógica e a tentativa de incluir a criança ao grupo - é preciso conversar com os pais para saber se há algum problema em casa que não permita a criança se ver naturalmente em outro ambiente. 'É aí que entra a sensibilidade do professor. Não existe fórmula mágica. É preciso ir tateando para descobrir por que o aluno não se sente à vontade e tranquilo na escola. Ao saber a origem do problema, o professor tem a possibilidade de focar na solução específica para o caso.'

Tem que ser atrativa

Explicações didáticas sobre a escola também podem ajudar. 'É bom contar ao aluno que é na escola que ele vai passar boa parte da vida, que ele vai aprender, fazer amigos e até criar vínculos afetivos', explica Maria. Em alguns casos, é preciso pro-

curar um acompanhamento psicológico, mas apenas quando o problema é resultante de trauma. Ela lembra que as atividades na escola às vezes são estimulantes, mas não agradáveis. 'A organização da maioria das escolas pode não ser a mais atrativa. O modelo aluno enfileirado

olhando para o professor pode desestimular, mas nem sempre é possível modificá-lo. Às vezes, isso não pode ser feito e aí entra a criatividade do professor em propor atividades que façam os colegas se relacionarem e se sentirem à vontade na sala de aula.' Conteúdos propícios a atividades em grupo podem ser uma boa opção. 'Cabe ao professor ter a competência profissional e, claro, uma certa sensibilidade para estimular a criança, ou ela não terá mesmo vontade de ir à escola, principalmente quando sofre com a falta dos pais.' A convivência com o outro é fundamental na adaptação ao ambiente, ressalta a pedagoga. 'Mostre que a escola é o local onde, além de aprendermos, fazemos amigos. Enfatize isso positivamente, mostre que é prazeroso.' A especialista destaca a importância da constante capacitação e atualização do professor. 'Com mais experiência e conhecimento, o profissional conseguirá identificar o momento em que o aluno começa a sentir algum incômodo. Acho inclusive fundamental que haja comprometimento com a profissão, a vontade de querer superar.'



A música, a diversão, a comunicação, a sua vida mudou.



E a gestão da sua escola?

ASP Sistema de Gestão Escolar

Mude o jeito de administrar sua instituição. E mude para melhor.

Com o ASP você possui todas as vantagens e facilidades de um sistema direto na internet e a segurança garantida de que suas informações estão bem guardadas e protegidas contra riscos físicos e virtuais.

Mais vantagens com o ASP Sistema de Gestão Escolar:

- Não exige a instalação nos computadores. O que significa gasto zero com novos equipamentos;
 - Sem custos com licença ou pontos de acesso adicionais;
 - A instituição não paga pelas atualizações do sistema (upgrades);
- Manutenção e segurança realizada por um especialista, 24 horas por dia, assegurando o funcionamento pleno do serviço;
 - O próprio sistema se encarrega de realizar o backup das informações;
- Professores, pais e alunos têm acesso a qualquer hora do dia, através de qualquer computador ligado a Internet.



Ligue: 48 3236 3214 - www.aspescola.com.br

**Melhor solução
de gestão segundo
SINEPE-SC**

Conheça melhor o **ASP Sistema de Gestão Escolar** e veja você mesmo por que vale a pena mudar.


gennera[®]
Seu ensino, nossa tecnologia.

Você sabia?

Escolas particulares de SC estão entre as mais bem equipadas do Brasil

De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, os dados referentes aos equipamentos básicos nos estabelecimentos de ensino fundamental permitem fazer pelo menos três constatações:

1. as escolas privadas de Santa Catarina são, em média, mais aparelhadas do que suas congêneres na média brasileira;
2. são mais bem aparelhadas do que as escolas públicas;
3. a diferença existente entre a difusão de infraestrutura nas escolas públicas e privadas é maior, em média, em Santa Catarina do que em outras regiões do país.

MAIS

Ilustrando a primeira das constatações, observa-se que, em 2003, 95,07% dos estabelecimentos privados de ensino fundamental de Santa Catarina já possuíam bibliotecas próprias, contra 76,06% do Brasil.

Ainda de acordo com a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, o Estado de Santa Catarina também apresenta percentual de escolas com quadras de esporte bem superior à média brasileira. No ano de 2003, enquanto a média brasileira era de 58,97% dos estabelecimentos privados de ensino fundamental com tal estrutura, em Santa Catarina este número ficou em 88,99%, acima, também, da média da Região Sul, que foi de 85,34%.

As escolas privadas do Estado de Santa Catarina, assim como já acontecia com os recursos básicos de infra-estrutura, seguem mais estruturadas tecnologicamente que as escolas públicas do estado. Em torno de 77% das escolas privadas de ensino fundamental no estado disponibilizam laboratórios de informática a seus professores e alunos, enquanto apenas 16% das públicas oferecem o mesmo recurso. A diferença é mais marcante no percentual de escolas que ofereciam acesso à Internet, com 76,81% das escolas privadas oferecendo o recurso, contra apenas 13,16% das escolas públicas de ensino fundamental.

SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Em relação aos serviços de água, eletricidade e esgoto, as escolas particulares de Santa Catarina e demais regiões do país já alcançaram a universalização do acesso às redes de distribuição. No entanto, em 2003, a rede pública ainda carecia de alguns recursos, mostrando que as disparidades econômicas e sociais ainda se fazem presentes, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, como Sul e Sudeste.

PARA DEMONSTRAR A CONFIANÇA DA SOCIEDADE, A MELHOR TÉCNICA É IR DIRETO AOS FATOS:

Todos os veículos de comunicação de massa, incluindo rádio, TV, revistas, jornais e mídia eletrônica, divulgaram amplamente nos últimos dias os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM 2006) que reafirmaram a excelência das escolas particulares em Santa Catarina: todas as 10 melhores escolas localizadas no Estado pertencem à rede privada de ensino e estão situadas nas maiores cidades. O ENEM 2006 foi o que registrou a maior participação de estudantes desde sua implantação, em 1998, e o menor índice de abstenções desde 2000. Concorreram 2,8 milhões de estudantes em 800 municípios brasileiros.



Univali, 18 anos.

“ Embora a Univali seja resultado de uma trajetória de mais de quatro décadas, foi seu reconhecimento como universidade, via portaria ministerial em 16 de fevereiro de 1989, o marco de uma vertiginosa transformação. Desde então, Universidade do Vale do Itajaí ampliou seu raio de atuação e projetou exponencialmente sua influência institucional, um percurso histórico que hoje lhe rende o título de maior instituição de ensino superior do Estado, com mais de 30 mil alunos em seus seis campi, descartando dessa conta a cifra estimada de outros 30 mil alunos na modalidade de ensino a distância apenas em 2007.

A década de 90 registrou um aumento significativo da demanda pela educação superior. Impulsionada por tais necessidades, a universidade



José Roberto Provesi
Reitor

consolidou um extenso patrimônio físico e humano e ao mesmo tempo implementou uma política de investimentos na tríade ensino-pesquisa-extensão. Se o esforço institucional nessa sua primeira década de história foi centrado no alargamento de sua fronteira



Campus de São José.

física e na multiplicação de seus cursos de graduação e pós-graduação, o movimento atual prioriza outro foco, o que naturalmente decorre de um novo perfil de mercado.

O acirramento da competitividade instaurou a excelência como parâmetro de sobre-

vivência. Desse modo, ao celebrar seu 18º aniversário, a maior universidade de Santa Catarina movimenta-se no sentido de consolidar-se também como uma das melhores do país. Esforços consistentes estão sendo realizados pela comunidade acadêmica nes-

te sentido. Os sinais desse esforço são o crescente número de cursos referenciados, as iniciativas e projetos científicos, e os investimentos permanentes na qualificação de sua estrutura física e na formação continuada de seus docentes //

Para quem ousa ser diferente

DUAL.CI

Carteira INFORMATIZADA

Novo conceito em mobiliário educacional.

Com a Dual.Ci é possível ter um laboratório de informática e uma sala para uso convencional no mesmo ambiente. Um passo à frente para instituições que possuam ou estejam informatizando seus conteúdos pedagógicos

ABAIXO MAIS ALGUNS PRODUTOS DE NOSSA LINHA



● Cadeira Universitária em Concha
Ref: FPOT/Confort



● Conjunto Pré-Escolar
Ref: Arrange



● Conjunto Pré-Escolar
Ref: Trevo



● Conjunto Escolar Regulável
Ref: 5172ABS/IZR



● Conjunto Escolar
Ref: 5172F3/Box



● Conjunto Escolar
Ref: 72ABS/I-62G



● Conjunto Pré-Escolar em ABS
Ref: 6272ABS1

Solicite nossos representantes para conhecer toda a linha de produtos

Telefone : 55.48.3243.3495 . Fax : 55.48.3243.4279

Rua Cônego Rodolfo Machado, 2000 - Morro da Bina - Biguaçu. SC . CEP 88.160.00
www.cequipel.com.br / e-mail: vendas.sc@cequipar.com.br

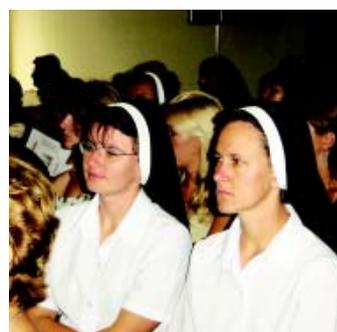
Grupo
CEQUIPEL

OS MELHORES CAMINHOS PARA CRESCER

O I Encontro de Educadores, promovido pelo Sindicato dia 6 de fevereiro, reuniu em Florianópolis escolas afiliadas de todo o estado. Durante cerca de sete horas de palestras e troca de idéias, grupos de gestores, especialistas e diretores definiram conceitos que vão pautar o ano de 2007 nas instituições de ensino. São temas que vão dos aspectos sociais, cognitivos e psicológicos à ética no mundo dos relacionamentos humanos, os desafios da neurolingüística para explorar as potencialidades da mente humana até o moderno conceito de escola inteligente. As palestras foram proferidas por Maria Tais de Melo, Celestino Roque Secco, José Carlos Serrano Freire e Cassiano Zeferino de Carvalho Neto, experientes professores especialmente convidados pelo Sinepe/SC para o evento que revelou inovações bem sucedidas e apontou as tendências de uma sociedade cada vez mais dependente de conhecimento e qualidade em busca da realização de seus sonhos.

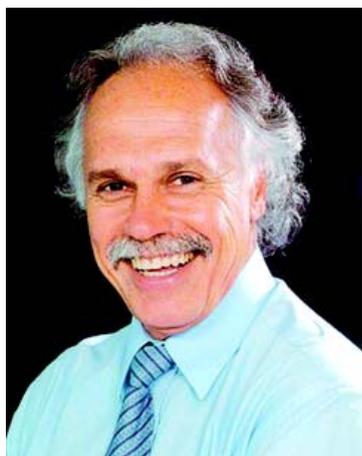


I JORNADA PEDAGÓGICA/ADMINISTRATIVA



Mais uma iniciativa sucesso de público e de crítica. Iniciada dia 2, em Canoinhas, terminou dia 15 de fevereiro, em Criciúma, a I Jornada Pedagógica/Administrativa, depois que a caravana de instrutores do Sinepe/SC passou por Xanxerê e São Miguel do Oeste. Participaram dos trabalhos gestores, professores e técnicos-administrativos. Os temas tratados nestes encontros foram sugeridos pelas próprias escolas, e obtiveram o entusiasmo dos educadores

de todas as regiões. As palestras sobre "Contadores de história" estiveram a cargo de Bel Gomes e Vera Scariot, "Por uma escola inteligente", com Cassiano Neto, e "Auto-estima e avaliação do profissional da educação" com Clair Gruber Souza.



"É primordial querer melhorar, insistir e investir na sua capacitação. É preciso acreditar em si mesmo para conseguir ser a pessoa que se deseja ser".

José Carlos Serrano Freire é professor, escritor, bacharel em Direito, trainee em programação neurolingüística. O Instituto Serrano Freire, do qual é mentor, é uma empresa de treinamento e capacitação pessoal e profissional. (www.serranofreire.com.br)



"Vivemos num mundo saturado de imagens e sons. As imagens são, em geral, percebidas muito mais rapidamente do que os textos".

Maria Tais de Melo é graduada em Psicologia, mestre em Psicologia, doutora na área de Mídia e Conhecimento pelo PPGEP da Ufsc, professora do Curso de Pedagogia da Univali e diretora educacional. (diretoria@igge.org.br)



"A questão ética universal, coloca-se, hoje, com urgência crescente, para toda a sociedade, em todos os setores da atividade humana".

Celestino Roque Secco é filósofo, pós-graduado em Filosofia e Ética, mestre em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna de Lisboa, professor de Filosofia e Ética da Escola Superior de Administração Gerência da UDESC e professor de Ética nos Negócios do MBA da Universidade Independente de Portugal, ex-deputado estadual e ex-secretário de estado. (crsecco@matrix.com.br)



"Escola Inteligente é um modelo inovador e acelerador dos processos de ensino-aprendizagem que contempla aspectos de arquitetura, mediação e tecnologia".

Cassiano Zeferino de Carvalho Neto é escritor, licenciado em Física, Ciências e Pedagogia pela PUCSP, presidente do Instituto Galileu Galilei para a Educação - IGGe -, consultor, professor e diretor educacional. (diretoria@igge.org.br)

Conceitos, idéias e tendências que vão inspirar suas próximas decisões.

*Uma escola é onde se cultiva o aprender a aprender, um privilegiado espaço de "convivencialidade", e quem trabalha com educação é preciso estar sempre melhor preparado diante dos novos desafios. Repare no texto abaixo, de autoria das pedagogas **Dalal El Achkar e Wannise de Santana Lima**, em quantos momentos sua escola está presente, assegurando mais precisão técnica a serviço da sua criatividade. Através da cooperação, e com a ajuda dos meios digitais, especialmente a internet, elas montam projetos, elaboram textos e exercitam com alegria um trabalho compartilhado.*



Clair Gruber Souza
Coordenadora do Programa
de Formação Continuada
(PFC) do Sinepe/SC

ESCOLA

ESPAÇO PARA O EXERCÍCIO DA ALEGRIA

Na contemporaneidade, a educação tornou-se uma necessidade permanente. Em todos os lugares são oferecidos cursos, aulas, palestras, uma infinidade de possibilidades de acesso ao conhecimento para indivíduos de todas as idades. Orientações para grávidas, aulas para bebês, universidades para a terceira idade, cursos em revistas, aulas via internet... todos podem aprender seja em instituições formais ou informais.

Estamos diante de uma sociedade completamente pedagógica. A disseminação do conhecimento através dos meios tecnológicos permitiu que todo mundo pudesse aprender e ensinar. No entanto, a escola sobrevive por que nela os indivíduos não apenas têm acesso ao conhecimento.

Diante deste contexto, qual deve ser o diferencial da escola? Como esta instituição que durante anos foi a responsável quase que exclusivamente pela educação, vai exercer o seu papel? Quais os critérios que os pais devem observar na hora de escolher a escola do seu filho? Que competências são necessárias para o professor na sociedade que exige educação permanente?

O grande diferencial da escola é que ela é o espaço da convivencialidade. Muito mais do que conhecimentos e conteúdos, nela os indivíduos devem aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a viver junto e aprend-



Dalal El Achkar - www.dalal.com.br - Bióloga e Mestre na área de Mídia e Conhecimento pela UFSC, cujo tema foi: Pedagogia da Afetividade – uma construção teórica – prática de processos educativos baseados no afeto (2003). Especialista em Jogos Cooperativos, com o Tema: Pedagogia do Amor e os Jogos Cooperativos. Fundadora da ONG Coopera Brasil, Professora de Graduação e Pós-Graduação, Consultora Educacional, realizando palestras, oficinas e cursos em ongs, escolas e empresas na construção da Pedagogia do Amor. Florianópolis/SC



Wannise de Santana Lima - wanniseead@yahoo.com.br - Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1998) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) cujo tema foi: Professores analógicos em um Mundo Digital - uma análise sobre a influência dos meios na formação do docente. Atualmente é professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Tecnologias, atuando principalmente nos seguintes temas: educação a distância, formação de professores, convivencialidade, cooperação, avaliação da aprendizagem e autonomia. Salvador/BA

Bibliografia:
*Revista Pediatría
Dia a Dia. Ano 6,
nº 29 abr/jun/04;
páginas: 28 e 30;
Florianópolis / SC*

“É necessário perceber cada aluno como um ser singular”.

der a sentir.

Em um espaço convivencial os alunos devem ter a oportunidade de acessar o conhecimento sendo mediado por um profissional que entenda as reais necessidades de cada indivíduo, orientando não para a cansativa memorização de conteúdos extensos, mas para a capacidade de relacionar os conhecimentos e saber utilizá-los de maneira contextualizada. Neste espaço o indivíduo deve ser entendido como um ser holístico, que precisa desenvolver os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores.

Os projetos de trabalho devem contemplar atividades variadas onde todos passam expressar suas opiniões e emoções, descobrir e desenvolver suas habilidades, usar a criatividade, a expressão oral, escrita, corporal e os meios tecnológicos.

Os professores precisam estar prontos para desenvolver atividades e situações de aprendizagem que estimulem e desenvolvam inteligências: a inteligência matemática, emocional, corporal, espacial... as infinitas inteligências.

Além disso, é necessário

perceber cada aluno como um ser singular que merece amor e respeito identificando os seus interesses para conseguir envolvê-los no trabalho. O professor, ao optar por trabalhos em equipe, estimula o exercício do “viver junto”, dando aos seus alunos condições de aprender sobre os valores morais éticos, como a solidariedade, o respeito, a amizade, companheirismo e cooperação.

A educação permanente exige que a escola seja dinâmica e flexível. Pronta para trabalhar de maneira agradável e lúcida. Alunos, professores, pais, comuni-

dade... todos querem e precisam de um espaço para o exercício do saber, mas um saber que conduza à alegria.

Esta mudança de foco exige preparo. Os profissionais da contemporaneidade precisam de capacitação constante e eles mesmos precisam apostar nesta necessidade assumindo uma postura autônoma de gestão das suas aprendizagens. E ser autônomo não é de forma nenhuma ser solitário. Ser autônomo é assumir-se enquanto singular, tendo a coragem de formar parcerias, de compartilhar o conhecimento de forma cooperativa garantindo que os saberes possam mesmo ser globalizados. O convívio na escola permite este treino. Ao invés de estimular a competição, a escola deve primar pela cooperação, exercitando com amor o viver junto, tornando-nos, ao invés de melhores do que o outro, melhores com o outro.

Professores de todo o Brasil, em um Encontro Nacional para educadores, em Paulínia/SP, nos dias 4 a 8 de julho deste ano, estarão participando de oficinas sobre atividades pedagógicas que potencializam a convivencialidade a partir da cooperação. Nós duas educadoras, mesmo morando uma na Bahia e outra em Florianópolis, somos prova da validade de parcerias convivenciais; e estaremos em Paulínia, realizando Oficinas sobre Jogos Cooperativos e Danças Circulares Sagradas (Informações: www.paulinia.sp.gov.br/enep).

A nova face do operário

O esforço para educar funcionários tornou-se, necessariamente, um hábito. Eles têm formação superior, ganham melhor e ficam mais tempo no emprego — é o que mostra um estudo de EXAME, publicado na edição de 13/2/7. Devido a importância e atualidade do assunto, transcrevemos abaixo os principais trechos da reportagem de Suzana Naiditch. Leia a íntegra da matéria no portal www.sinepe-sc.org.br

O gaúcho Lindomar Machado representa uma espécie em extinção na indústria brasileira. Aos 50 anos, o operário da linha de produção da fabricante de carrocerias Randon mal sabe ler, não concluiu o Ensino Fundamental e faz hoje rigorosamente o mesmo que há 23 anos, quando foi contratado. Durante 8 horas por dia, solda carrocerias, exercendo uma função que lembra o célebre personagem de Charles Chaplin no filme Tempos Modernos. Seu filho, Fernando, de 23 anos, é a personificação de por que não há no futuro lugar para profissionais como Lindomar. Ele também é operário. Também trabalha na Randon. Mas sua bagagem educacional é infinitamente maior. Fernando cursa atualmente faculdade de ad-



ministração de empresas, frequenta aulas de inglês e participou de vários treinamentos técnicos oferecidos pela companhia. Graças à sua formação, pôde abandonar o trabalho mais bruto e operar máquinas sofisticadas na linha de produção. Apenas três anos após entrar na Randon, Fernando passou a ganhar o mesmo salário que o pai — e, segundo seus superiores, não tardará para que ganhe duas ou três vezes mais. “Pessoas como Lindomar são de um tempo em que operários entravam e saíam de uma empresa fazendo absolutamente a mesma coisa e ganhando o mesmo salário”, diz Maria Tereza Casagrande, executiva de recursos humanos da Randon. “Esse tempo, porém, está acabando”.

A transformação do chão de fábrica

Principais diferenças entre o operário de 20 anos atrás e o de hoje, segundo pesquisa elaborada com base na lista das 150 Melhores Empresas Para Trabalhar. Fonte: Unicamp

A formação melhorou	Eles ganham mais	E ficam mais tempo no emprego
Em 1985 - 7% tinham terceiro grau completo	Em 1985 - 12% recebiam mais de dez salários mínimos	Em 1985 - 36% ficavam mais de cinco anos no emprego
Hoje - 35% têm terceiro grau completo	Hoje - 33% recebem mais de dez salários mínimos	Hoje - 46% permanecem mais de cinco anos no emprego

As notórias diferenças entre as duas gerações da família Machado simbolizam à perfeição uma mudança radical observada no chão de fábrica das empresas brasileiras — a face do operário nacional transformou-se nos últimos 20 anos.

Saudável hábito

O esforço para educar funcionários tornou-se, necessariamente, um hábito. Vinte anos atrás, contratar operários era tarefa relativamente simples: bastava colocar um aviso na porta e recrutar os primeiros que aparecessem. Com as novas funções, o que era simples tornou-se uma complicação. É preciso encontrar, em meio à multidão de trabalhadores com formação precária lançados no mercado a cada ano, aqueles com potencial para encaixar-se nos padrões atuais. Note bem: com potencial. São raros os profissionais que já vêm prontos, o que força as empresas a investir o dinheiro do acionista em treinamento e bolsas universitárias.

Exemplo catarinense

O catarinense Antônio do Prado, funcionário da Embraco, líder mundial na produção de compressores, foi enviado duas vezes à China para passar adiante a cultura do chão de fábrica na subsidiária. “Nunca tinha viajado de avião, muito menos saído do Brasil”, diz Prado. A primeira viagem aconteceu em abril de 2006. Na comitiva de 15 pessoas, seis eram operários como ele. “Implementar nossas técnicas de manufatura na China foi extremamente difícil.” É consenso entre os especialistas que há inúmeros

passos a dar na evolução da classe operária brasileira. Essa transformação ainda está pela metade, o que gera situações constrangedoras nas empresas. É o caso da Salton, maior vinícola do país. Seu chefe da linha de produção, Valcir Toffoli, de 58 anos, cresceu na hierarquia de uma empresa que tinha métodos de produção parados no tempo. O vinho era fabricado artesanalmente, em antiquados tanques de madeira. O choque causado pela enxurrada de vinhos importados, nos anos 90, fez com que essa empresa deixasse de existir. Nos últimos cinco anos, a Salton modernizou sua fábrica, comprou tanques de aço inox, e a produção de vinho passou a ser controlada por meio de toques na tela do computador — que faz tudo que os operários antigos faziam. A produtividade triplicou. “Deixei de estudar há 40 anos, não tenho capacidade para lidar com informática”, diz Toffoli. Seus subordinados são exponencialmente mais bem formados. Na faixa dos 20 anos, dominam o manuseio das máquinas, estão concluindo cursos de enologia e discorrem com naturalidade sobre os processos microbiológicos da vinificação. Enquanto o chefe, com mais de duas décadas de casa, ganha cerca de seis salários mínimos, os garotos da Salton já ultrapassaram os quatro salários. E acabaram de começar. A QUALIDADE E O PREÇO da mão-de-obra estão entre as variáveis mais importantes na decisão de investimento das empresas — mais que isso, ajudam a explicar a bonança econômica de algumas economias e a estagnação de outras. A China cresce

estrondosamente, em boa medida porque o custo de seus operários é ainda baixíssimo. Um funcionário da indústria automotiva chinesa custa 2 dólares por hora, ante quase 41 dólares de um operário alemão. Mesmo que tenha má formação e a produtividade seja baixa (como é), o custo compensa o investimento por lá. E, embora seja altamente produtivo, o operário alemão é caro demais, o que leva as montadoras a abrir fábricas no Leste Europeu e a fechar suas linhas de produção na Alemanha. Na Coreia, o investimento em educação formou uma classe operária extremamente produtiva e não tão cara quanto a alemã. De acordo com um estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um trabalhador coreano produz em média duas vezes mais que o brasileiro — que, nem tão barato quanto o chinês nem tão eficiente quanto o coreano, coloca o país numa espécie de meio-termo nefasto para as empresas. “Para piorar a situação do Brasil, as novas gerações chinesas estão recebendo mais educação que as novas gerações de brasileiros e, daqui a alguns anos, esse esforço vai torná-los mais qualificados que nós”, diz o economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade de Princeton. Segundo os especialistas, é na direção da Coreia que o Brasil deve seguir: um investimento pesado em educação, especialmente para crianças e jovens, colocaria à disposição das empresas funcionários capazes de sustentar ainda mais seus investimentos em tecnologia e tornar o país mais competitivo.

Paulo Freire

EdUFSC, Cortez e Instituto reeditam *Ensinar e aprender com Paulo Freire*

Segundo Moacir Loth, assessor de imprensa da Editora da UFSC, “a aplicação dos ensinamentos do educador Paulo Freire, falecido em maio de 97, poderá mudar os destinos da educação brasileira”. O comentário vem a propósito da reedição do livro *Ensinar e aprender com Paulo Freire – 40 horas 40 anos depois*, da professora e pesquisadora Nilcéa Lemos Pelandré, considerado por Moacir Gadotti, uma obra de referência no País. Integrando a *Biblioteca Freiriana*, o livro sai com os selos da Editora da UFSC (EdUFSC), Cortez Editora e Instituto Paulo Freire, com sede em São Paulo. Fruto de quase uma década de pesquisas, inclusive de campo e entrevistas com o educador, a publicação tem o respaldo de um representativo conselho editorial e do Conselho Internacional de Assesores (Fórum Paulo Freire), e está na rua com uma segunda edição primorosa.

A autora Nilcéa Lemos Pelandré é professora e pesquisadora do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde, embora aposentada, leciona na Pós-Graduação em Linguística e Educação. A sua preocupação com os destinos do ensino e da universidade ficou patente quando ocupou, de 92 a 96, o cargo de vice-reitora da UFSC, na gestão do então reitor Diomário de Queiroz, que acaba de ser reconduzido à presidência da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado (Fapesc).

Em entrevista ao jornalista Moacir Loth, a autora disse: “Ainda que se propale a democratização do ensino, ainda há muito por fazer, principalmente no que diz respeito à universalização do acesso, à qualidade da escola, à valorização do professor e a sua formação continuada.

Quem foi Paulo Freire

Para mim, um grande educador, a maior referência da educação no Brasil. Seu pensamento continua atual e ele antecipou muitas das idéias de educadores com os quais trabalhamos hoje.

Quem é Nilcéa Lemos Pelandré?

Sou professora, pesquisadora, sonho e trabalho por um país sem



Moacir Loth

analfabetos, com escolas, alunos e professoras e professores felizes. Desejo que todos tenham acesso aos conhecimentos de leitura e escrita e que possam fazer uso desses conhecimentos para exercerem de forma autônoma sua cidadania.

Atualmente, além de aulas na graduação, trabalho também nos programas de pós-graduação em Educação e Linguística, orientando dissertações e teses na área de alfabetização e ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Penso, sim, em novas publicações, porém, no momento, são projetos.

Em resumo, o que é “o método Paulo Freire”?



Nilcéa Lemos Pelandré

Embora Paulo Freire preferisse dizer que não tinha um método e, sim, princípios nos quais ele pautava todo o seu trabalho educacional, quando nos referimos ao Método Paulo Freire estamos falando das experiências de alfabetização orientadas por suas teses. As aulas, “Círculos de Cultura”, consistiam do desenvolvimento de debates sobre a realidade existencial dos alfabetizandos, momentos em que os professores, por meio de “temas geradores”, problematizavam as situações, estimulando a participação e o posicionamento crítico. O princípio fundamental é o do respeito às circunstâncias de vida do educando. A alfabetização, para Freire, é um ato criador, pois a linguagem se apreende e aprende socialmente. Por conseguinte, o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita é desenvolvido a partir do universo vocabular de quem está aprendendo, ou seja, do discurso do cotidiano, dessas pessoas, que resulta da “leitura de mundo que precede a leitura da palavra”. A leitura e a escrita são ensinadas a partir da compreensão, do que pensam os que estão se alfabetizando, e não da leitura de mundo do professor.



Ensinar e aprender com Paulo Freire – 40 horas 40 anos depois
Nilcéa Lemos Pelandré
EdUFSC, Cortez Editora e Instituto Paulo Freire
240 p.; R\$26,40

GOVERNO REGULAMENTA SEGURO DE DOENÇA TRABALHISTA

Publicado dia 13/2/2007, no Diário Oficial da União, o Decreto 6.042/2007, que trata sobre o seguro de acidente de trabalho. O ato, assinado pelo Presidente da República modifica as regras para que o cidadão que venha a sofrer acidente de trabalho receba o seguro do Instituto Nacional de Segurança Social, e altera as alíquotas de contribuição das empresas para tal benefício.

De acordo com as novas regras, o trabalhador agora

poderá obter o valor do seguro independentemente do empregador, necessitando apenas que a doença por ele adquirida esteja relacionada em um documento de doenças relativas à sua profissão, de acordo com classificação internacional, o que pode ser feito por um médico do INSS. Atualmente, o trabalhador precisa provar que a doença possui caráter trabalhista através de um documento chamado Comprovação de Doença Trabalhista (CAT). Caberá à

empresa, que assim o considerar, provar que a doença não tem nexos com o trabalho exercido. O intuito dessa medida é fazer com que as empresas invistam na segurança de seus funcionários.

Quanto à contribuição pelas empresas ao Seguro Acidente de Trabalho, as alíquotas irão variar de 1% a 3% do valor da folha de pagamentos de acordo com a quantidade de acidentes registrados. No entanto, o valor desse percentual não é fixo. Além de se re-

lacionar com a quantidade de acidentes, o valor das alíquotas dependerá do ramo de atividade da empresa, e dos investimentos feitos por esta em segurança do trabalho, calculado por meio do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Desse modo, empresas que investirem na prevenção de acidentes serão beneficiadas.

Caberá ao Ministério da Previdência Social divulgar, anualmente, os índices de frequência, gravidade e custo, por atividade econômica, e o



Por **Osmar dos Santos**, advogado, Diretor Executivo do Sinepe-SC.

FAP por empresa, com as informações que possibilitem a esta verificar a correção dos dados utilizados na apuração do seu desempenho.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADOS - considerações -

O artigo 149 da Constituição Federal prevê a Contribuição Sindical, nos seguintes termos:

"Art. 149 - Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Parágrafo único - Os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social."

Os artigos 578 e 579 da CLT prevêem que as contribuições devidas aos sindicatos, pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, têm a denominação de "Contribuição Sindical".

Filiação - Obrigatoriedade

Ninguém é obrigado a filiar-se a sindicato, mas todas

pertencem a uma categoria, tanto que são obrigadas a contribuir anualmente, em virtude disso fazem jus a todos os direitos dispostos na convenção coletiva, inclusive o dissídio. Algumas pessoas utilizam-se da terminologia "imposto sindical" para referir-se a esta obrigatoriedade.

A Contribuição Sindical é devida por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão. Na inexistência dessa categoria, o recolhimento será feito à federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional (art. 591 da CLT).

Contribuição dos Empregados

A Contribuição Sindical dos empregados será recolhida de uma só vez e corresponderá à remuneração de um dia de trabalho, qualquer que seja a forma de pagamento.

Nos termos do art. 582, § 1º, letras "a" e "b" da CLT, considera-se um dia de trabalho o equivalente a:

a) uma jornada normal de trabalho, se o pagamento ao empregado for feito por uni-

dade de tempo (hora, dia, semana, quinzena ou mês);

b) 1/30 (um trinta avos) da quantia percebida no mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, empreitada ou comissão.

O desconto da contribuição sindical corresponde a um dia normal de trabalho, ou seja, vai ser composta da remuneração que corresponda à jornada diária normal do empregado.

Assim, as horas extras não irão compor, uma vez que estas horas são realizadas além da jornada normal.

Salário Pago em Utilidades

Quando o salário for pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receba, habitualmente, gorjetas, a Contribuição Sindical corresponderá a 1/30 avos da importância que tiver servido de base, no mês de janeiro para a contribuição do empregado à Previdência Social (art. 582, § 2º da CLT).

Descontos

Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados, relativa ao mês de março de cada ano, a Contribuição Sindical por estes devida aos

respectivos sindicatos profissionais.

Admissão Antes do Mês de Março

Empregado admitido no mês de janeiro ou fevereiro, terá o desconto da Contribuição Sindical também no mês de março, ou seja, no mês destinado ao desconto.

Admissão no Mês de Março

Deve-se verificar se o empregado não sofreu o desconto respectivo na empresa anterior, caso em que este não poderá sofrer outro desconto. Referida hipótese deverá ser anotada na ficha de Registro de Empregados.

Caso não tenha ocorrido qualquer desconto, o mesmo deverá ocorrer no próprio mês de março, para recolhimento em abril.

Admissão Após o Mês de Março

Os empregados que forem admitidos depois do mês de março serão descontados no primeiro mês subsequente ao do início do trabalho. Como exemplo, pode-se ter aquele empregado admitido no mês de abril, sem que tenha havido em outra empresa o des-

conto da Contribuição Sindical, o seu desconto será efetuado em maio e o respectivo recolhimento será em junho (art. 602 da CLT).

Empregado Afastado

O empregado que se encontra afastado da empresa no mês de março, sem percepção de salários, por motivo de doença, acidente do trabalho ou licença não remunerada, deverá sofrer o desconto da Contribuição Sindical no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.

Exemplo:

Empregado sofreu acidente de trabalho em fevereiro, e só retornou à atividade em agosto. O desconto da Contribuição Sindical deverá ser efetuado em setembro e recolhido em outubro.

Aposentado

O aposentado que retorna à atividade como empregado e, portanto, é incluído em folha de pagamento, fica sujeito normalmente ao desconto da Contribuição Sindical.

O art. 8º, inciso VII da Constituição Federal determina também que o aposentado filiado tem direito de votar e ser votado nas organizações sindicais.

**ANTES
MESMO DE
SER ABERTO,
O MATERIAL
DIDÁTICO
ENERGIA
JÁ ENSINA.**

Desde 2004, todo material didático Energia é publicado em papel 100% reciclado, uma atitude pioneira neste segmento de ensino. Você também pode fazer sua parte. Além de formar alunos conscientes de seu papel social e ambiental, sua escola pode contribuir para a economia de recursos naturais e para a inclusão social através de programas de reciclagem.

**ENSINAR PARA VENCER.
EDUCAR PARA VIVER.**

Sistema de Ensino
Energia.

A MAIOR REDE DE ENSINO DE SANTA CATARINA.

EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDAMENTAL - ENSINO MÉDIO - PRÉ-VESTIBULAR

BENEFÍCIOS PARA SUA ESCOLA: RESPONSABILIDADE AMBIENTAL. ACESSORIA PEDAGÓGICA. PALESTRAS COM EDUCADORES. ENCONTROS PERIÓDICOS. REALIDADE CATARINENSE. ACESSO ON-LINE A PROJETOS. MATERIAIS COMPLEMENTARES. ENCARTES DE PROFESSOR.

www.editoraenergia.com.br